

VOZES DA REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO: ATORES, ESTRATÉGIAS E ASSOCIAÇÕES

Edilaine Albertino de Moraes*, Marta de Azevedo Irving**, Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro*** & Maria do Céu de Lima***

Resumo: Este artigo busca descrever o modo de configuração da Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM), por meio da visão dos atores em ação, tendo como porta de entrada as práticas nas quais se materializam múltiplas formas de construção do TBC. A abordagem teórico-metodológica adotada da Teoria Ator-Rede envolveu pesquisa bibliográfica, documental e de campo, considerando entrevistas e conversas informais com lideranças comunitárias e assessores de organização não governamentais, assim como observação participante em assembleias gerais da Rede TUCUM. Os resultados encontrados nessa iniciativa pioneira sinalizaram que, na sua origem, em 2008, o TBC era constituído como uma estratégia de resistência e defesa da garantia do direito ao território das comunidades tradicionais e povos indígenas na Zona Costeira Cearense. No decorrer do processo, ao longo dos anos, essa compreensão vem sendo ampliada no sentido de renovação dos interesses e papéis da Rede TUCUM para a melhoria da promoção e comercialização do TBC. Dessa forma, concluiu-se uma rede tecida por múltiplas vozes, saberes populares, instituições, poderes, entre outras partes associadas, que reagregam permanentemente os elementos que sustentam – política e economicamente – as práticas de TBC na Rede TUCUM.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária; Comunidade tradicional; Conexão; Redes; Zona Costeira.

VOICES OF CEARENSE COMMUNITY TOURISM NETWORK:
ACTORS, STRATEGIES AND ASSOCIATIONS

Abstract: This article aims to describe the way in which the Ceará Community Tourism Network (TUCUM) is structured from the point of view of the Actor-Network Theory, starting with the practices in which multiple forms of CBT are built. The theoretical-methodological approach based on the Actor-Network Theory involved bibliographical and documentary research and field research, including interviews and informal conversations with community leaders and advisors from non-governmental organizations, as well as participant observation at general assemblies of the TUCUM Network. The results obtained in this pioneering initiative showed that, at its inception in 2008, the TBC was constituted as a strategy of resistance and defense in guaranteeing the right to the territory of traditional communities and indigenous peoples in the Ceará Coastal Zone. Over the years, this approach has been expanded in the direction of a renewal of the interests and roles of the TUCUM Network towards an enhanced promotion and commercialization of the TBC. The result is a network that is woven by multiple voices, popular knowledge, institutions, and powers, among other associated parties, constantly reassembling the elements that sustain - politically and economically - CBT practices in the TUCUM.

Keywords: Community-based tourism; Traditional community; Connection; Networks; Coastal zone.

VOCES DE LA RED DE TURISMO COMUNITARIO CEARENSE:
ACTORES, ESTRATEGIAS Y ASOCIACIONES

Resumen: Este paper busca describir el modo como se estructura la Red de Turismo Comunitario de Ceará (TUCUM), desde el punto de vista de la Teoría del actor-red, a partir de las prácticas en las que se construyen múltiples formas de TBC. El abordaje teórico-metodológico basado en la Teoría del actor-red ha involucrado investigación bibliográfica y documental e investigación de campo, contemplando entrevistas y conversaciones informales con líderes comunitarios y asesores de organizaciones no gubernamentales, así como observación participante en las asambleas generales de la Red TUCUM. Los resultados obtenidos en esta iniciativa pionera indicaron que, en su origen en 2008, el TBC se erigió como una estrategia de resistencia y defensa en garantizar el derecho al territorio de las comunidades tradicionales y pueblos indígenas de la Zona Costera de Ceará. A lo largo de los años, este enfoque se fue ampliando en la dirección de una renovación de los intereses y roles de la Red TUCUM hacia una mayor promoción y comercialización de la TBC. El resultado es una red tejida por múltiples voces, saberes populares, instituciones, poderes, entre otras partes asociadas, rearmando constantemente los elementos que sostienen -política y económicamente- las prácticas de TBC en la Red TUCUM.

Palabras clave: Turismo Comunitario; Comunidad tradicional; Conexión; Redes; Zona costera.

HOW TO CITE: Moraes, E., de Azevedo Irving, M., Maria Leite Ribeiro Pedro, R., & de Lima, M. do C. (2024). Vozes da Rede Cearense de Turismo Comunitário: atores, estratégias e associações. *Latin American Journal of Tourismology*, 10(Regular Issue, Special Thematic Section). Retrieved from <https://periodicos.ufjf.br/index.php/rlaturismologia/article/view/46469>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14511216>



Licenciada por *Creative Commons*
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações/ 4.0 / Internacional

* Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/UFRJ (2019). Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/UFRJ (2009). Especialista em Gestão Pública e Sociedade/UFT (2012). Bacharel em Turismo/UFJF (2006). Professora Associada e Pesquisadora em tempo integral na UFJF. Professora em estudos de graduação em Turismo, Ciências Humanas e Administração Pública. Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão TBC-REDE Turismo de base comunitária, Sustentabilidade e Redes (UFJF/UFRRJ/CNPq). Pesquisadora colaboradora nos Grupos "Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade" (GAPIS/UFRRJ/CNPq), "Núcleo Sinergia: Subjetividades, Turismo, Natureza e Cultura" (UFRJ/CNPq), "Cultura Contemporânea: Subjetividade, Conhecimento e Tecnologia" (IP/UFRJ/CNPq), "Contribuição da Antropologia das Ciências e das Técnicas para a Educação" (CEH/UERJ/CNPq), "Conservação Colaborativa e Áreas Protegidas e Conservadas" (Geccap/USP/CNPq) e na Rede Internacional de Estudos Críticos de Turismo, Território e Autodeterminação (Reescrita - Brasil, México e Moçambique). CV: <http://lattes.cnpq.br/5450933897214464> [edilaine.moraes@ufjf.br]

Pós-doutorado em Gestão Social da Biodiversidade no Département d'Écologie et Gestion de la Biodiversité du Musée d'Histoire Naturelle (MNHN) e no CRBC/ École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) da França. Doutorado em Ciências (Universidade de São Paulo). Mestrado em Gestão Costeira (Southampton University). Graduação em Biologia (UFRJ) e em Psicologia (UERJ). Professora e pesquisadora sênior do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/IE/UFRJ). Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenadora da Cátedra de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (UFRJ), dos Grupos de Pesquisa Governança, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS/Lattes/CNPq) e Núcleo Sinergia: Subjetividades, Turismo, Natureza e Cultura (Sinergia/Lattes/CNPq). CV: <http://lattes.cnpq.br/1912229324377473> [mirving@mandic.com.br]

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996). Mestre em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas - Matriz (1989). Formada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985). Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) do Instituto de Psicologia da UFRJ, onde integra a linha de pesquisa Processos Psicossociais, Históricos e Coletivos, com ênfase nos temas de produção de: subjetividade, tecnologias e vigilância, a partir dos referenciais da Teoria Ator-Rede. É líder do Grupo de Pesquisa "Cultura Contemporânea: subjetividade, conhecimento e tecnologia" (CNPq). CV: <http://lattes.cnpq.br/4495049080980125> [rosalrpedro2022@gmail.com]

Pós-doutorado em Geografia pela Universidade de Brasília (2013-2014). Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002). Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1997). Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (1988). Professora Titular da Universidade Federal do Ceará, na área de Educação com foco nos estudos socio-históricos e culturais da educação do campo e na pesquisa educacional. CV: <http://lattes.cnpq.br/2346812758173225> [duceu@yahoo.com.br]

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa faz parte de um movimento crescente de problematização e resistência aos modelos dominantes de produzir ciência no mundo (Latour, 2012, 2013, 2020; Freire, 2018; Fernandez, Macedo e Branquinho, 2018; Branquinho et al., 2021; Stengers, 2023). Nesse contexto, buscou-se compreender o turismo na atual conjuntura política e econômica, de modo associado às questões de pobreza, desigualdades, conservação, segurança alimentar, dignidade humana e consumo justo e responsável.

Para tanto, esse debate tem sido marcado por questões de disputa, colocando em perspectiva propostas autointituladas Turismo de Base Comunitária ou Turismo Comunitário (TBC). Essas práticas vêm se desenvolvendo, de modo particular, em países da África (Guzmán; Borges; Canalejo, 2011), Ásia (Shahmirzadi, 2012), Oceania (Blackstock, 2005), Caribe (Herrera; Aranda, 2013) e mais, frequentemente, na América Latina (Maldonado, 2007), distribuída em regiões continentais e insulares.

Embora ainda seja um conceito em construção, estudiosos de distintos campos do conhecimento reconhecem que o TBC tem como princípio comum a base endógena em seu processo de desenvolvimento, podendo contribuir para a melhoria da qualidade de vida local e a valorização e conservação da natureza e cultura (Murphy, 1985; Coriolano & Lima, 2003; Mendonça, 2004; Irving, 2009; Sampaio, 2011; Canãda, 2019, 2020; Moraes et al., 2024). Por outro lado, é possível identificar leituras sobre TBC pela lógica de mercado, adotando uma abordagem funcional para a inclusão das comunidades locais no processo, e a criação de produtos e serviços turísticos como um meio de minimizar as condições de pobreza, o que tende a gerar algumas contradições na dinâmica comunitária (Sánchez, Castillo & Gallardo, 2011; Saayman & Giampiccoli, 2015; Cabanilla, 2018).

No âmbito da América Latina, o Brasil se torna um país estratégico para o TBC, tendo em vista que possui as áreas mais ricas e mais ameaçadas em biodiversidade, e por abrigar também uma das maiores diversidades linguísticas e bioculturais (Moraes & Irving, 2018). O TBC nacional surge, na década de 1990, na zona costeira, envolvendo povos e comunidades tradicionais¹, que apostam nessa prática como estratégia de resistências e enfrentamentos contra a especulação imobiliária, a grilagem de terras, a pesca predatória e o turismo massificado.

Isso porque os padrões convencionais de turismo seconstituem também como um meio de exploração da fragilidade ecológica e social desses espaços (Corbari, 2021). O berço do TBC no Brasil fica no estado do Ceará (Moraes, 2020), um dos destinos mais visitados no país. À vista disso, a porta de entrada da presente pesquisa foi a iniciativa pioneira Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM), que envolve comunidades localizadas entre Fortaleza, Canoa Quebrada e Jijoca de Jericoacoara - os três destinos indutores do turismo no estado conforme o Ministério do Turismo (MTur).

Desde a década de 1990, a extensão da Zona Costeira Cearense tem sido alvo, de um crescente fluxo turístico e de uma lógica de turismo hegemônico, que, por sua vez, tem influenciado o território e os modos de vida, de trabalho e de existência dos grupos que compõem a Rede TUCUM. A partir de então, a configuração dessa experiência de turismo comunitário é afetada por um território de conflitos socioambientais, que, segundo Meireles (2006, 2011), é fruto da construção histórica de variadas intervenções de grande porte e de urbanização, acompanhada da marginalização e do negligenciamento da participação da população local no processo de tomada de decisão.

Não obstante, mesmo diante da dominação de agentes de mercado e do Estado, o processo de resistências desses grupos de turismo comunitário se baseia em estratégias de políticas próprias da visão de mundo de pescadores artesanais, quilombolas, agricultores familiares, indígenas e assentados rurais. Ainda assim, é importante ressaltar que as experiências de TBC incorporam e traduzem, situacionalmente, estruturas e objetivos, contextos territoriais e valores culturais (Bartholo; Delamaro; Bursztyn, 2008).

Sendo assim, considerando que a Rede TUCUM abrange diferentes realidades, processos e conhecimentos, levantam-se as seguintes perguntas orientadoras da pesquisa: quais versões de TBC têm sido produzidas na TUCUM? Como os diversos atores contribuem para a composição de processos coletivos de TBC? Sob essas inspirações, busca-se contribuir para essa reflexão temática fundamentada em parte na pesquisa de doutorado desenvolvida em Moraes (2019), fazendo uma releitura para o cenário pós-pandemia covid-19.

Logo, este artigo tem como objetivo descrever o modo de configuração da Rede TUCUM, por meio da relação entre a visão dos seus atores em ação rastreados na Zona Costeira Cearense. Essa prática de pesquisa se fez “com” e não “sobre” o outro. Esse modo de pesquisar, segundo Branquinho & Lacerda (2017), colabora para superar os “abismos dualistas” modernos, que separam o ser humano da natureza, o sujeito e o objeto, entre tantas outras cisões construídas no mundo.

Sem a intenção de desconsiderar o conhecimento já produzido e influente sobre TBC em determinado contexto histórico, o presente estudo contribui ainda no sentido de não cair na armadilha de compreender o TBC apenas como uma estratégia de resistência ou como uma oportunidade de negócio, entendendo que não há partes excludentes, ampliando, assim, as possibilidades de análise sobre o tema em foco.

O artigo está estruturado em três seções. A primeira apresenta as possibilidades de estudo do turismo de base comunitária à luz da Teoria Ator-Rede. A segunda descreve os procedimentos metodológicos da pesquisa. A terceira discute o modo de composição da Rede TUCUM. Em seguida, serão apresentados os resultados obtidos sobre as resistências, associações e estratégias adotadas pelos atores envolvidos no TBC em rede.

¹ Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais

como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA À LUZ DA TEORIA ATOR-REDE²

Nesta seção, busca-se discutir, a partir da perspectiva da Teoria Ator-Rede (TAR) ou Actor-Network Theory (ANT)³, que tem como principal expoente os estudos do notório sociólogo francês contemporâneo Bruno Latour, possibilidades de pesquisas sobre turismo de base comunitária.

Retrospectivamente, vale ressaltar que, desde o final da década de 1980, no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, a ANT constitui um movimento que vem renovando caminhos para traduzir, situar e problematizar os limites dos referenciais e enquadramentos das ciências modernas, decorrentes da história de como foram configurados e estabilizados (Marques, 2022).

Somente a partir de meados dos anos 2000, que alguns estudos internacionais sobre turismo vêm experimentando a ANT como dispositivo teórico-metodológico (Moraes et al., 2020). A quantidade de artigos internacionais publicados nesse campo é superior, assim como a variedade temática, estando associados, sobretudo a instituições europeias, o que tem gerado contribuições potentes para que a TAR proporcione novas formas de análise ao fenômeno turístico (Delgado; Andrade, 2019) e circule por outras partes do mundo. Na América Latina, a proposta analítica da ANT não tem sido tão difundida como outros enfoques clássicos das ciências sociais, mas o seu papel e alcance nessa região têm sido refletidos por Medina, Pozas e Girola (2022) e incorporado também nas pesquisas em turismo (Gaitán, 2014; 2020).

Van der Duim, Ren e Jóhannesson (2012) salientam que essa escolha teórico-metodológica começou a ser adotada, gradualmente, pela comunidade científica, devido a um efeito ou a uma necessidade de se recusar visões dicotômicas que explicam o turismo como uma prática econômica ou sociocultural, e que também atribuem purificação ao conhecimento produzido nessa área. Isso porque a ANT propõe uma nova forma de entender a realidade e convida à reflexão sobre como ela se configura, para além da visão dicotômica entre natureza e sociedade que percorre o pensamento moderno.

No que diz respeito ao estudo sobre turismo de base comunitária à luz da ANT, considera-se ainda um processo embrionário, demandando percorrer um longo caminho de aprendizagem de práticas investigativas sob essa abordagem (Moraes, 2019). Sendo assim, conforme adverte Latour (2012), “a ANT é necessária para tópicos novos”, o que tende a contribuir para a produção de novos diálogos sobre turismo com possíveis debates no TBC.

O alinhamento de uma investigação com as proposições da Teoria Ator-Rede requer que o posicionamento epistemológico-metodológico recaia nos modos de pesquisar (Arendt, 2008). Por conseguinte,

estudiosos em turismo devem incorporar à discussão as suas práticas científicas e o lugar em que estão assentadas.

Nesse sentido, a orientação latouriana é acompanhar, empiricamente, a feitura das realidades, propondo-se, assim, um caminho alternativo para a abordagem do social e da sociedade. Afastando-se dos autores de tradição sociológica, Latour (2012) defende não ser mais possível se pensar o social sem reconhecer os entrelaçamentos entre elementos humanos e não humanos. Tudo se mescla, os seres humanos estão ligados à natureza e às materialidades. Posto isso, a pesquisa ANT recomenda reconhecer na reflexão a força dos não humanos no turismo.

Assim, documentos, folhetos, estruturas físicas, produtos alimentares, discursos, consumidores, produtores e residentes, por exemplo, se tomam instrumentos que permitem acessar processos de construção e reagregação da rede de atores no turismo (Van Der Duim; Ren & Jóhannesson, 2012). Da mesma forma, Moraes (2019) afirma que os interessados em pesquisar TBC estão convidados a colocar em xeque a crença de que essa prática se configura apenas por meio da dinâmica entre os atores humanos, propondo o exercício de pensar os não humanos articulados com essa prática.

Nessa direção, entende-se que o TBC afeta e é afetado por atividades que, por sua vez, manifestam-se nas práticas cotidianas, como a pesca artesanal, a agricultura familiar, a produção agroecológica, a culinária regional, os artesanatos (Moraes, 2019), entre outros elementos, como o clima (Deason; Seekamp & Barbieri, 2022). Assim, esses “não humanos no TBC” contribuem para traduzir as dinâmicas da natureza, da cultura e das técnicas envolvidas em seu desenvolvimento, sendo capazes de mobilizar ações nas dinâmicas em transformação, ao invés de apenas representar objetos ou projeções simbólicas que imprimem significados (Moraes et al., 2020).

Embora a escolha da ANT seja ainda restrita no Brasil, Araújo e Lobo (2017) defendem a importância dessa abordagem para a compreensão do fenômeno a partir do momento da escolha do lugar a ser visitado até o retorno do turista ao seu ponto de origem, quando são acionados uma multiplicidade de elementos humanos e não-humanos, que produzem novas ações e se desdobram em rede. Tendo isso em vista, na ANT, defende-se que se atribua igual importância no tratamento investigativo para a produção dos humanos e também dos não humanos. As mediações entre esses agentes, enquanto híbridos sociotécnicos, resultam em “associações”, que geram novas transformações (Latour, 2012).

Assim, é necessário acompanhar, em termos empíricos, como as associações entre os atores humanos e não humanos operam na conformação do TBC. Isso requer apreender o TBC, simultaneamente, como um discurso e uma prática, o que exige se pensar

² É importante reconhecer que existem diferentes abordagens estudadas sobre a Teoria Ator-Rede. Não há pretensão de se fazer um balanço das obras publicadas sobre o assunto. A ênfase será centrada, principalmente, nos estudos de Bruno Latour, um dos fundadores do campo de Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade, que se dedicou à compreensão e crítica da teoria social e do paradigma científico cartesiano. Para

aprofundamento sobre essa teoria na perspectiva de Latour, ver Moraes (2019:100).

³ A sigla ANT, não por acaso, “se compara a uma formiga: míope, viciada em trabalho, farejadora de trilhas”, com a qual Latour se identifica no desenvolvimento da teoria proposta e na própria prática científica (Latour, 2012: 11).

em uma multiplicidade de políticas e ontologias, para além daquelas diretamente vinculadas ao turismo.

Nessa perspectiva, a compreensão do TBC envolve múltiplos atores e interesses que definem associações e dissociações nesse movimento, que ultrapassam o ato de planejar, estruturar e gerir empreendimentos comunitários, bem como de acolher visitantes. Isso significa que é necessário rastrear as comunidades locais, os visitantes, os empreendedores turísticos, os agentes públicos, os guias de turismo, as associações de moradores do lugar turístico, os movimentos sociais engajados, as organizações atuantes com projetos locais, seus órgãos de fomento, além de demais atores que podem influenciar a ação no coletivo (Moraes et al., 2020). Nesse caso, os estudos sobre o “TBC como associação” devem ser orientados pelo exame de uma produção baseada nas inúmeras ações dos atores envolvidos na rede sociotécnica.

É importante enfatizar que, a noção de rede, segundo a ANT, parte do princípio de que existem vários fios que conectam o social sem, necessariamente, formar uma unidade, mas, sim, um processo contínuo de associações. Por isso, a rede de atores é aberta, heterogênea, de modo a possibilitar o estabelecimento de todo e qualquer tipo de conexão. Mas tudo depende do tipo de ação que está fluindo nesse contexto (Latour, 2013). Portanto, a noção de rede sociotécnica abrange o campo de produção do conhecimento sobre algo, no qual todos falam sobre o objeto, cujo processo enfatiza o trabalho, o movimento, o fluxo e as mudanças resultantes dessas associações.

Além disso, não se deve confundir a rede que é delineada pela descrição e a rede que é utilizada para fazer a descrição. De outra forma, entende-se que a rede não é o “desenho” (rede como resultado), mas o “lápiz” que a desenha (rede como processo). Por essa razão, uma rede sendo delineada pela ANT se refere ao movimento de desenhar e não a uma rede desenhada. Sendo assim, rede é uma ferramenta que contribui para descrever o estado dos fatos que estão à mão e, também, o que os atores fazem para expandir, relacionar, comparar e organizar, sem impor sobre eles uma definição a priori das suas capacidades de construção do mundo (Latour, 2006).

Para tanto, conforme Beard, Scarles e Tribe (2016), a ANT oferece ao pesquisador uma orientação baseada em trabalho de campo, ou seja, de ordem prática, na qual enfatiza a descrição detalhada das relações entre os atores em ação. Logo, toda pesquisa baseada na ANT é empírica, o que leva a considerá-la mais como uma proposta metodológica do que uma teoria predefinida (Tirado & Domènech, 2005). Ao assumir essa perspectiva prática sob a ótica da ANT para repensar a pesquisa em turismo requer entendê-lo como uma “entidade heterogênea e continuamente negociada” (Ren; Pritchard & Morgan, 2010: 886). Isso representa uma oportunidade para tensionar os discursos em curso e tentar produzir novos conhecimentos a seu respeito.

Nessa concepção, é possível refletir sobre o TBC como uma rede de atores em ação, na qual o foco de análise se dirige ao modo de funcionamento dessa prática e como essa se movimenta, agrega-se e se ordena. Deste modo, compreende-se o “TBC em ação”, em uma condição permanente de construção negociada

nessa prática, sujeita a controvérsias (Moraes et al., 2020). Por isso, é importante descrever os momentos em que os atores estão agindo no processo de construção do coletivo. Isso significa que o TBC não pode ser descrito objetiva e linearmente como um modelo ou um produto turístico formatado e estagnado. Ou seja, o TBC não pode ser reduzido a uma tipologia ou segmento turístico, tampouco a uma alternativa ao turismo convencional (Moraes et al., 2020).

Essa perspectiva vai de encontro ao argumento mais acentuado de que a ANT tem a capacidade de expor contingências, desconstruir as categorias usuais de senso comum e revelar a complexidade subjacente das práticas turísticas (Ren, 2010; 2021). Além disso, permite argumentar que o turismo não deve ser estudado como um sistema, mas como um fenômeno complexo, cambiante e empírico, no qual os atores intervêm constantemente em sua transformação e ordenação (Gaitán, 2014).

Nessa conformidade, o estudo acerca do TBC deve vislumbrar os saberes de outros atores para além de especialistas científicos. Assim como, é possível alcançar uma composição mais ampla e comum de TBC, a partir de sabedorias, histórias, naturezas e culturas enraizadas localmente, que norteiam o planejamento das atividades, a gestão das infraestruturas e dos serviços turísticos, além dos projetos coletivos e de base familiar. Essa escolha polifônica requer que seja assegurado um posicionamento político em pesquisa não influenciado pela hierarquização dos elementos heterogêneos. Isto é, ultrapassa-se a supremacia de algum tipo de saber sobre o outro (Branquinho & Lacerda, 2017).

Nessa perspectiva, diferentes vozes, saberes e discursos, além da maneira pela qual os atores se conectam entre si e ao TBC, devem ser reunidos no coletivo e apreendidos na pesquisa sobre a realidade problematizada e na realização de ações que possibilitem coabitar pessoas, florestas, animais, ideias, organizações e outros seres que afetam e são influenciados por essa prática. Dessa forma, a ANT impulsiona também a reflexão sobre o que é democracia, dando um salto epistemológico, empreendendo a mobilização coletiva e construindo pontes de diálogo para o tratamento de problemas com base no que está acontecendo na realidade concreta. Isto posto, “pesquisar TBC é fazer política” (Moraes & Branquinho, 2022).

Além disso, a forma de problematizar o turismo a partir dos aportes da ANT também se constrói de outra maneira. Segundo Van Der Duim, R. (2005), pela ANT, não se busca, essencialmente, definir o que é turismo. Dessa forma, o interesse deste artigo não é entender o que é o turismo comunitário na Rede TUCUM, mas sim rastrear como essa experiência vem se (re)compondo, ao longo da sua construção histórica, a partir dos seus atores em ação. Para tanto, o TBC foi abordado como um conceito técnico-científico, considerando a Rede TUCUM como um lugar de produção do conhecimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No contexto das metodologias de pesquisa contemporâneas, inspirada na Teoria Ator-Rede, apresentam-se os caminhos percorridos para o estudo

do turismo de base comunitária, com enfoque na relação e ação entre os seus atores, que foram construídos de acordo com a processualidade da pesquisa. Nesse sentido, para o estudo de redes, Pedro (2008: 3-4) reafirma a importância da principal diretriz metodológica, na perspectiva de Latour (2000), de “seguir os atores”, deixá-los falar, acompanhar suas ações, suas práticas, o que possibilita apreender a rede “tal como ela se faz”, colocando em cena interesses, influências e resistências dos processos partilhados por humanos e não humanos.

Além disso, os processos de construção de conhecimento à luz da ANT devem se caminhar com menos certezas, e menos hipóteses, o que não significa deixar de ser ético e criterioso quanto à orientação metodológica da pesquisa. Isso porque, nessa concepção, o excesso de conhecimento prévio pode inviabilizar a investigação inspirada pela ANT. Afinal, esse lugar determinado a priori é um lugar de oposição entre visões de mundo – justo o que a ANT defende que se deve escapar. Por isso, reafirma-se que essa prática metodológica não determina a priori como deve ocorrer o passo a passo da pesquisa. Essa afirmação assenta, portanto, uma escolha de postura epistemológica eminentemente política (Branquinho et al., 2016).

Sendo assim, buscou-se enredar nas ações das organizações não governamentais de assessoria e dos grupos de turismo comunitário locais da Rede TUCUM. A partir dessas conexões, o caminho metodológico foi construído, definindo que pistas seguir, o que observar, e a quem entrevistar (Moraes, 2019). Esse processo de pesquisa possibilita acolher realidades múltiplas e inter-relacionadas (David, 2018).

Além disso, permite agregar diferentes procedimentos e técnicas de pesquisa (Oliveira, 2018). Nesse sentido, foram construídos, de modo conjugado, os seguintes passos metodológicos: a) pesquisa bibliográfica e documental; b) identificação e contato com os participantes da pesquisa; c) escolha e elaboração do instrumento de pesquisa; d) pesquisa de campo; e) sistematização e análise dos dados rastreados.

O levantamento bibliográfico sobre TBC e Teoria ator-rede foi realizado por meio de consulta das seguintes bases de dados especializadas em literatura acadêmica de referência no Brasil e no exterior: Google Acadêmico; Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal (Redalyc). Além disso, parte da bibliografia selecionada foi acessada no Banco de Teses e Dissertações CAPES, no Banco de Teses do Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na rede social ResearchGate e na plataforma Academia.edu.

A investigação documental sobre a Rede TUCUM teve como fontes primárias os materiais provenientes do seu sistema de informação e de registro das atividades desenvolvidas, incluindo atas de reuniões e eventos, além de relatórios técnicos e fotográficos de projetos e suas ações desenvolvidas, fornecidos pela ONG Instituto Terramar de Pesquisa e Assessoria à Pesca Artesanal e a Associação Caiçara de Promoção Humana.

Para tanto, também foram importantes as publicações do site da Rede TUCUM

(<http://www.tucum.org/>) e da sua página no facebook (<https://www.facebook.com/RedeTucumTurismoComunitario/>).

A identificação e o contato com os participantes da pesquisa incluíram, a princípio, os interlocutores das entidades de assessorias da Rede TUCUM, vinculados ao Instituto Terramar, para averiguar a possibilidade de realização da pesquisa. A aproximação foi sendo construída, gradualmente, com algumas lideranças das comunidades vinculadas às associações de moradores, de pescadores e ou de agricultores, por meio de alguns interlocutores institucionais do Instituto Terramar (que atua nas comunidades do litoral oeste) e da Associação Caiçara (que atua nas comunidades do litoral leste), abrindo um leque de possibilidades para identificar, durante as pesquisas de campo, as múltiplas vozes do turismo comunitário.

Além disso, foi utilizada a observação participante durante algumas assembleias anuais da Rede TUCUM e a participação em eventos, como o Encontro Sesc Povos do Mar (Caucaia/CE), a Reunião do Conselho Deliberativo da RESEX Prainha do Canto Verde (Beberibe/CE), entre outros. Nesse processo, foi possível perceber alguns rastros dos “porta-vozes”, aqueles que “falam pela rede”, e que acabam por sintetizar a expressão de outros atores, buscando ainda detectar as “vozes discordantes”, que apresentaram opiniões, crenças e ideias polêmicas, conforme sugere Latour (2000).

Ao longo do período da pesquisa de campo, entre agosto de 2013 e novembro de 2017, foram realizadas seis visitas em diferentes comunidades. Para a realização das entrevistas foi construído um roteiro de perguntas abertas. Dessa forma, o participante da pesquisa tem mais liberdade em suas explicações sobre as questões apresentadas e, quando necessário, pode ainda inserir outras questões para dar mais profundidade às reflexões sobre o tema proposto.

Assim, foram realizadas 15 entrevistas, envolvendo porta-vozes de instituições e grupos comunitários atuantes na Rede TUCUM, que assinaram um Termo de Consentimento e Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE), optando-se, nesse caso, pelo anonimato, conforme parecer de aprovação número 2.148.219 de 29 de junho de 2017 do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ.

A análise não foi realizada apenas ao final do processo de pesquisa, ao contrário, acompanhou todo o processo de “colheita” de dados, que foram gravados ou registrados em diário de campo, o que permitiu que as compreensões passassem por transformações (Barros & Barros, 2013). Segundo recomendado por Latour (2012: 189), a análise foi desenvolvida em forma de “narrativa” e “descrição”, cuja orientação é: “aquilo que fazem para expandir, relacionar, comparar e organizar é o que você deve descrever.

Não se trata de outra camada a acrescentar à “mera descrição”. Não tente passar da descrição à explicação: apenas vá em frente com a descrição” (Latour, 2012: 217). Nessa perspectiva, neste artigo, a descrição foi baseada em alguns relatos revelados e compartilhados com os demais atores, durante as

Assembleias Anuais da Rede TUCUM, cujos portavozes foram referenciados de acordo com o seu papel de atuação nos encontros acompanhados durante esse período.

Além disso, buscou-se relacionar os rastros deixados pelos atores assumidos, nas Assembleias e em algumas entrevistas realizadas, segundo a prerrogativa da ANT: “É como se disséssemos aos atores: não vamos tentar disciplinar vocês, enquadrá-los em nossas categorias; deixaremos que se atenham a seus próprios mundos e só então pediremos sua explicação sobre o modo como os estabeleceram”. (Latour, 2012: 44). Posteriormente, essa pesquisa foi complementada pelos rastros obtidos durante o período da pandemia covid-19, que implicou a suspensão do turismo comunitário, viabilizando a realização de entrevistas remotamente (via plataforma Google Meet em março de 2021) com três interlocutores da iniciativa.

Em um caminho de busca e interesse por outras formas de produção do conhecimento, Pedro (2008) reforça a importância metodológica inspirada na ANT pela possibilidade de se aproximar do “social” cambiante e múltiplo e pela necessidade de se acompanhar os movimentos da rede sociotécnica. De forma consoante ao que propõe a ANT, reconhece-se que uma de suas forças reside na formulação de ser “diagramas impossíveis”, que se desmancham no mesmo instante em que são desenhados. Por isso, a intenção da pesquisa não foi resultar em um diagrama (representação visual), resumindo o que foi apresentado e discutido em relação à teoria.

4. REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO (TUCUM): RASTROS, ATORES E AÇÕES

A década de 1990 foi marcada pela expansão do turismo promovida no estado do Ceará, em decorrência da política territorial planejada no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR), o maior no país em termos de financiamentos internacionais e dependências providas com fluxos nacionais (Barbosa & Coriolano, 2015).

Por outro lado, esse modelo de desenvolvimento turístico direcionado, principalmente, ao turista internacional, que se hospeda nos resorts controlados pelo capital estrangeiro, sem conhecer as demandas, as visões e os recursos a nível local, gerou, contraditoriamente, consequências perversas em muitos destinos cearenses, como o aumento da produção de resíduos sólidos, a mudança do modo de vida do lugar, o uso de drogas, a ameaça à propriedade da terra, a exploração sexual, entre outras (Coriolano, 1998).

Bem como, a exploração das dunas e falésias em decorrência da especulação imobiliária, da implantação de vias de acesso, dos loteamentos, da implantação de hotéis e da grilagem de terra e a exclusão de inúmeros grupos humanos (índios, pescadores, quilombolas, marisqueiras, ribeirinhos, camponeses) (Meireles, 2006), originando, assim, um “clima de insatisfação e mal-estar” entre as comunidades pesqueiras, os movimentos sociais, as entidades civis e as associações atuantes nas áreas a serem impactadas pelo turismo (Coriolano, 2006).

As contradições na implantação do Programa passaram a ser acompanhadas pelo Fórum do Litoral, Cidadania e Meio Ambiente (1994-1997) e, posteriormente, pelo Fórum em Defesa do Litoral Cearense (desde 1998), enquanto espaços de articulações direcionadas para a construção de políticas públicas integradas e sustentáveis na Zona Costeira (Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, 2002).

Grande parte dessas populações residentes nos lugares turísticos, de acordo com Lima (2002:31), é caracterizada como “comunidades pesqueiras marítimas”, por possuírem em comum, historicamente, um modo de vida construído a partir de relações na terra, no mar e na terra-mar, com moradias inseridas nos topos de “morros”, em terras ao redor de lagoas, manguezais e à beira-mar.

Os processos de resistências dessas comunidades aos fatores intermediados pelo turismo à época se basearam em: (a) ações em defesa da posse da terra; (b) formalização das associações de moradores; (c) gestão comunitária do uso da terra; (d) processo cooperativo de pesca; (e) criação dos “Fóruns dos Pescadores” e da Defesa da Zona Costeira; (f) fiscalização visando ao combate à pesca predatória; (g) elaboração de códigos comunitários de ordenamento e gestão da atividade pesqueira; (h) experiências alternativas de turismo; (i) articulações que tecem redes; (j) criação de Reservas Extrativistas; (l) reconhecimento internacional (Lima, 2002).

Sendo assim, a articulação de redes constituiu uma das estratégias de defesa e resistência adotada por algumas comunidades marítimas pesqueiras no Ceará, tendo, como uma de suas “bandeiras-guia” o turismo comunitário (Lima, 2002). Dessa forma, as raízes do turismo comunitário se fortaleceram como um meio e não um fim em si mesmo para reafirmar a luta do movimento social em busca da garantia e do acesso ao direito de permanência em seu território de origem e de preservação da diversidade e das identidades locais e regionais.

Esses rastros permitiram já, de algum modo, revelar alguns elementos heterogêneos de um amplo conjunto de entidades que se articularam para a transformação do turismo comunitário nessa região, o que mobilizou diversas vozes, como: as comunidades locais, os movimentos sociais, os especuladores imobiliários, os empreendimentos turísticos de grande porte, o PRODETUR-NE, os turistas, a terra, o mar, a pesca, a carcinicultura, os parques eólicos, entre outros.

A sementeira e os efeitos da proposta de turismo comunitário ao longo da costa se deram sob a liderança da experiência pioneira da Prainha do Canto Verde (Beberibe), por meio da proposta de organização de uma rede de turismo comunitário no Ceará, no âmbito do I Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza, em 2003, sob a coordenação da ONG Instituto Terramar. Essa iniciativa buscava promover a integração de roteiros de turismo comunitário, sendo facilitada pela parceria firmada entre o Instituto Terramar, a Associação Amigos da Prainha do Canto Verde (AAPCV), da Suíça, além da Associação Tremembé Onlus, da Itália, entidades que contribuíam para a captação de recursos financeiros.

Sem alcançar resultados exitosos nesse primeiro processo de articulação, em 2006, o Instituto Terramar elaborou uma nova estratégia para apoiar a criação de uma rede, envolvendo comunidades residentes nas áreas litorâneas leste e oeste do Ceará, com o acompanhamento das suas respectivas entidades de assessorias, unindo os seus projetos em comum (Borges, 2011).

Somente em 2007, foi realizado na Prainha do Canto Verde (Beberibe) o primeiro encontro de representantes das comunidades costeiras, sendo o marco inaugural de um debate coletivo sobre o processo de construção das bases de articulação de uma possível estrutura organizacional para a criação de uma rede informal de turismo comunitário. Na ocasião, foi discutido sobre o papel a ser desempenhado pelos sujeitos envolvidos e a aceção do nome reconhecido até os dias atuais: Rede TUCUM⁴.

Desde então, a sua composição partiu de associações entre diferentes grupos comunitários e organizações da sociedade civil, com objetivos comuns para o enfrentamento ao turismo massificado e para a proposição de uma experiência diferenciada de turismo autodesignado como "comunitário". Suas ações, originalmente, foram articuladas a outros movimentos, redes e fóruns sociais atuantes na Zona Costeira do Ceará, em defesa da pesca artesanal, da autonomia das mulheres, da justiça ambiental, assim como da proteção de ecossistemas marinho-costeiros e da afirmação da vida comunitária, entre outras questões. Os seus integrantes passaram a se reunir anualmente por meio das Assembleias Gerais da Rede TUCUM, promovidas pelas entidades de assessoria técnica.

O início da reflexão sobre as questões estruturantes para a organização informal da Rede TUCUM permitiu o seu lançamento oficial em 2008, durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, em Fortaleza. A realização desse evento representou uma estratégia fundamental, adotada por diversos interlocutores dessa rede, para promover ações de intercâmbio, articulação e integração com representantes de outros movimentos de TBC, como a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL) e a Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS).

Naquele mesmo ano, a Rede TUCUM foi contemplada no processo seletivo do Edital de Chamada Pública de Projetos MTur/nº 001/2008 para apoio às iniciativas de TBC no país (Silva, 2009) com o projeto "Turismo comunitário: afirmando identidades e construindo sustentabilidade" (convênio 700499/2008). O destaque para o caráter pioneiro de articulação dessa experiência resultou também em diversas premiações no Brasil e no exterior.

Em 2010, a experiência em rede já articulava doze iniciativas de turismo comunitário, alcançando, aproximadamente, dois mil visitantes em todas as comunidades envolvidas, sendo a maioria de origem estrangeira, além de estudantes e pesquisadores das áreas de Biologia, Engenharia de Pesca, Geografia e Turismo, cujo campo de atuação profissional estava

relacionado ao litoral (TUCUM, 2010). Além de conhecerem esses lugares, os visitantes costumavam retornar com familiares e amigos para vivenciarem, também, o cotidiano das comunidades, participando da pesca artesanal e de outras atividades tradicionais, além de desfrutarem de ambientes preservados.

Ainda assim, segundo o presidente da Associação Comunitária de Moradores de Tatajuba (ACOMOTA) o turista passa por dificuldades para chegar à comunidade, necessitando cruzar várias dunas, sem estrada de acesso regular e nem sinalização disponível. Apesar disso, esse esforço seria recompensado para um "turista comunitário" ao chegar no local pretendido. Como perspectiva de mudança desse quadro, foi assinalada a necessidade de busca de apoio do poder público municipal para impulsionar e proporcionar meios de logística e transportes adequados para viabilizar a iniciativa localmente (TUCUM, 2010).

Mas ainda era preciso provocar uma reflexão ainda mais profunda: Como a Rede TUCUM estava sendo percebida pelas comunidades envolvidas? Diferentes compreensões foram relacionadas ao seu respeito. A Rede TUCUM foi atrelada à ideia de "movimento", valorizando as expressões culturais dos povos do mar e a afirmação dos modos de vida tradicional. Também foi mencionado o interesse de que a Rede TUCUM viesse a se constituir como uma "alternativa" para o desenvolvimento e a integração das comunidades locais.

De outra maneira, foi ainda mencionada a sua importância como um "instrumento" de resistências para a garantia do território tradicional e a defesa dos recursos naturais. Igualmente, foi compreendida como uma alternativa para a geração de renda familiar complementar para o fortalecimento da economia solidária e para a divulgação das potencialidades locais. Além disso, foi traduzida como um "espaço" para a formação política e para a capacitação de lideranças nas comunidades da Zona Costeira Cearense. Transpondo esses sentidos, a Rede TUCUM chegou também a ser entendida como "estratégia" para o fortalecimento dos ideais de construção coletiva de uma sociedade justa e igualitária.

Do mesmo modo, abordou-se o modo pelo qual a Rede TUCUM vinha sendo percebida por outros atores, possibilitando rastrear outros significados associados ao seu processo de configuração, naquele momento. Algumas instituições expressaram apoio a essa iniciativa, reconhecendo-a como uma alternativa de turismo, que valoriza e respeita a identidade cultural, as tradições e a biodiversidade local. Esses valores tendem a despertar, também, curiosidade de quem considera os seus integrantes como "sonhadores" e "esperançosos" de uma nova consciência de transformação do mundo. Ademais, a Rede TUCUM foi entendida, na ocasião, como um "movimento social" de afirmação e de defesa do território.

De outra forma, há, ainda, os que consideraram o turismo comunitário como algo "inviável" para o desenvolvimento das comunidades locais, tendo em vista a condição insuficiente de infraestrutura disponível e os serviços sem qualidade mínima dos padrões

⁴ Termo originado do tupi *tu'kum*. "Espécie de palmeira nativa da Amazônia, que possui uma fibra resistente para tecer redes de pesca e de

descanso e artesanato. Simboliza o fio da lealdade, o fio que não se rompe e, nesse sentido, o fio das relações fortes" (Moraes, 2019: 172).

convencionais para tal. Essa visão negativa era, geralmente, desmistificada, quando alguns turistas, por exemplo, construíram a sua experiência com base no cotidiano da comunidade local, influenciando as suas percepções, expectativas e motivações para que se possam visitar as outras localidades vinculadas à TUCUM. Para ilustrar o acolhimento dos turistas nas comunidades locais, destaca-se o seguinte depoimento:

A gente não tem luxo, é tudo limpinho, arrumadinho, mas é o nosso jeito de ser, compartilhar os nossos saberes, nossos fazeres, a nossa vida cotidiana. Tem gente que vai catar feijão com as famílias. Tem gente que vai para o mar ver como é que se pesca e vai pescar também. Tem gente que vai apanhar um caju, assim eles participam da vida no dia-a-dia das pessoas. Tem gente que não vai fazer, que vai só fazer um passeio pra conhecer (Entrevistado 1).

Além disso, foi realçada a falta de acesso a linhas de crédito e empréstimo para micro e pequenas empresas. Uma proposta de solução para esse desafio foi a institucionalização da TUCUM, por meio do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), assunto polêmico que atravessou todo o período da pesquisa. Do ponto de vista do grupo formado pelas comunidades de agricultores do Assentamento Coqueirinho (Fortim) e do Assentamento de Caetanos de Cima (Amontada) e de pescadores de Curral Velho (Acará) e de Tatajuba (Camocim), foi discutido que a organização comunitária ainda incipiente dificultava o compromisso de os pactos definidos no âmbito das assembleias serem ativamente assumidos. Da mesma forma, a limitação do número de pessoas envolvidas e de recursos financeiros dificultava o acompanhamento das diversas ações acordadas entre as comunidades locais.

Outras questões debatidas foram a respeito das dificuldades de comunicação das comunidades envolvidas com as agências de turismo de Fortaleza. Ocorre que algumas agências vendem pacotes fechados, mas, quando os visitantes não comparecem, elas não efetuam o cancelamento da visita com antecedência. Nesse processo, são gerados prejuízos e a consequente desmotivação das pessoas em continuarem se engajando no TBC. Também foi ressaltada a dificuldade de compreensão pelas comunidades sobre o real papel atribuído ao “núcleo” da TUCUM, que operava na sede do Instituto Terramar em Fortaleza. Isso porque parecia existir uma disputa de poder entre as entidades de assessoria e isso tenderia a prejudicar o processo.

No sentido de avançar rumo ao alcance dos seus objetivos e do fortalecimento interno para enfrentar as principais dificuldades reconhecidas, foi redefinido o modo de gestão da TUCUM, a partir de quatro instâncias de governança: (a) a coordenação colegiada – formada por representantes dos grupos de turismo de cada comunidade e das assessorias; (b) seis coletivos regionais – aos quais as comunidades se associam para desenhar estratégias locais; (c) a coordenação executiva – formada por um representante do litoral oeste e um do leste e assessorias; (d) a secretaria executiva – sendo uma assessoria responsável pela gestão dos projetos.

Essa proposta operacional gerou estranhamento entre alguns atores, colocando em questão: como reafirmar, então, a cultura tradicional no cotidiano do

turismo comunitário? O entendimento sobre essa prática de maneira antagônica ao turismo convencional levou, ainda, à reflexão sobre o que o público desejado de visitantes poderia esperar da experiência nas comunidades da TUCUM. A preocupação, nesse caso, foi se haveria necessidade de mudança do comportamento dos grupos comunitários envolvidos no turismo comunitário.

Para uma artesã da Vila da Volta (Aracati), embora seja importante melhorar as técnicas de acolhimento, não se devem mudar os comportamentos e nem os costumes das comunidades da ZCC para atender às necessidades dos turistas. Isso em razão do turismo comunitário admitir assegurar a reprodução das dinâmicas de vida e de trabalho das comunidades locais, resgatando-se elementos culturais por meio de imagens, danças, músicas, pinturas e outras manifestações. Da mesma forma, resgatar quais são as “marcas/raízes” das comunidades para serem incluídas nos roteiros de visitação parece constituir um passo importante com esse objetivo, a título de exemplo da Prainha do Canto Verde (Beberibe), que promove palestras sobre a história da comunidade, o próprio processo de concepção do turismo comunitário e, os conflitos locais.

Em contrapartida, foi sinalizado, também, que as condições locais deviam ser melhoradas não só visando ao turista, mas principalmente à qualidade de vida comunitária. Essa talvez seja uma das principais razões pelas quais podem ser gerados conflitos no encontro entre visitantes e visitados. Para minimizar esses riscos, a prática do turismo comunitário deve se basear na valorização dos recursos endógenos, em articulação com o desenvolvimento local, para que os visitantes possam conhecê-los e valorizá-los também. Ou seria melhor que as comunidades comprassem o peixe em outro lugar próximo por não haver mais pescadores na localidade? Para evitar que isso aconteça, o primeiro passo, nesse sentido, pareceu compreender o turismo comunitário não apenas sob o enfoque de geração de renda complementar e, sim, dirigido ao fortalecimento das estratégias de resistências e de valorização cultural.

A demanda pela melhoria dos canais de comunicação entre a comunidade receptora e os visitantes pode ser apreendida ainda pelo seguinte relato de um pescador artesanal:

Primeiro, precisava organizar o grupo. Agora, vamos para o mercado atrás de cliente. A gente já sabia até que tipo de cliente gosta. São pessoas que gostam de natureza, pessoas que gostam de sossegar, estudantes que vem fazer pesquisa, estudantes que vem fazer suas teses sobre a nossa história. Aqui, a gente não tem droga, prostituição, barulho. Então, aquele jovem que quer estudar, sossegar, tem interesse (Entrevistado 2).

Diante de múltiplas visões, questões e propostas, foi importante compreender que o espaço construído pela Assembleia era estratégico para trocas relacionadas ao cotidiano das comunidades e àquelas específicas ao turismo comunitário. Essa dinâmica pode ser percebida com clareza na fala de um agricultor.

Em cada Assembleia, quando a gente pensa que vai resolver um problema, se cria outro. Às vezes se espanta, se assusta. Mas é assim mesmo. É uma coisa que a gente vai tentando acertar e

tentando organizar. O que eu vejo nesse tempo todo é que a questão da organização é ainda muito séria. Às vezes é muito através do momento, da situação que cada comunidade passa, e também o que a Rede TUCUM passa. Quando a gente está com algum risco, com algum problema que afeta todas as comunidades, a gente se organiza, faz um movimento, faz tudo. Mas quando a gente está um pouco sem ter essa ameaça, a gente relaxa um pouco. A gente não leva a coisa muito a sério, a não ser só para estar ali mostrando sobre a questão da luta. Um dos pilares da Rede TUCUM é a questão da luta e da resistência. Quando você está em conflito e precisa da união, aí é fácil resolver. Mas quando mexe com a questão de encarar como um negócio [...], às vezes na cabeça da gente não bate. (Entrevistado 3).

Para contribuir com o modo de organização das atividades e serviços no turismo comunitário, a coordenação da TUCUM elaborou um “Caderno de Normas e Procedimentos Internos” (Martins, 2013), a partir de um longo processo participativo, entre 2009 e 2013. A sua elaboração foi motivada para que o mesmo se constituísse como ferramenta de orientação aos grupos comunitários. O Capítulo IV do Caderno - Estratégias de Gestão e Sustentabilidade foi o mais polêmico.

Os instrumentos de registro, controle e avaliação do visitante deveriam ser monitorados pelo grupo de turismo comunitário local para auxiliarem na gestão da TUCUM. Tendo em vista que a declaração do registro do fluxo de hóspedes no Brasil é obrigatória, de acordo com o MTur. Mesmo assim, foram poucas as comunidades que colocaram em prática esses instrumentos (Prainha do Canto Verde, Tremembé Coqueirinho e Curral Velho). Além disso, essas informações seriam importantes para definir o perfil dos visitantes e traçar novas estratégias de acesso ao público.

Outro instrumento definido foi o livro de fluxo de caixa, que controla a entrada e saída de dinheiro. Porém, também não estava sendo adotado regularmente pelos GTs. Quanto à prestação de contas (que deveria ser socializado junto à comunidade duas vezes por ano), foi estabelecida uma estimativa de taxa de repartição de benefícios a partir da renda total gerada: o pagamento individual para os prestadores de serviços (10%), e, em sequência, a distribuição para o GT local (70%), para a Associação de Moradores (20%) e para o caixa comum da TUCUM (10%). No entanto, essa discussão sobre o recolhimento de taxas sempre foi desconfortável, tendo em vista que as informações acerca do número de visitantes, da prestação de contas e dos valores arrecadados pelo GT deveriam ser repassadas de forma clara e explícita pela própria coordenação aos demais integrantes do grupo local e à secretaria executiva da TUCUM.

A partir desse Caderno de normas e procedimentos, ficaram definidos os seguintes objetivos da Rede TUCUM:

Promover formas de oferta turística locais para garantir às populações tradicionais a permanência em seu território e possibilitar a continuidade das atividades econômicas tradicionais (em particular a pesca e a agricultura), dando visibilidade às lutas sociais para reconhecimento das comunidades participantes; oferecer aos viajantes

responsáveis de todo o mundo a oportunidade de conhecer e vivenciar experiências de Turismo Comunitário junto às populações tradicionais (Martins, 2013: 8).

Com esse enfoque na relação entre visitantes e visitados, o turismo comunitário se traduz, a partir dessa realidade, na “capacidade dos grupos organizados possuírem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento das atividades e pela gestão das infraestruturas e dos serviços turísticos” (Martins, 2013: 5). Além disso, pressupõe-se que essa prática seja desenvolvida de modo integrado à dinâmica produtiva local, orientando relações comerciais e de intercâmbio, com base na ética e na solidariedade, para a geração e a distribuição equitativa da renda e a valorização da produção, da cultura e das identidades locais.

No sentido de compreender essa proposta na prática, por outro lado, alguns limites puderam ser observados, como o número reduzido de participantes e a substituição frequente de membros que também fragilizam a atuação dos grupos de Turismo Comunitário (por exemplo, o GT do povo indígena Jenipapo-Kanindé era composto, em 2013, por doze pessoas, o GT do povo Tapeba por dezesseis pessoas, o GT da vila de pescadores de Tatajuba por doze mulheres que possuem parentesco e, o GT da Vila da Volta por seis pessoas).

Esse quadro está ainda relacionado ao déficit de qualidade da prestação de serviços e ao descrédito do turismo comunitário por parte da própria comunidade local, tendo em vista o baixo fluxo de turistas observado naquele ano. Essas mudanças que vêm ocorrendo nas dinâmicas das comunidades locais passam, também, pela questão da divisão interna dos grupos em formação, como um dos efeitos gerados pela especulação imobiliária na ZCC, o que vem se repercutindo, em alguns casos, em comportamentos individualistas, que, por consequência, estão transformando as práticas e os costumes locais tradicionalmente baseado em ações coletivas.

Sendo assim, foi lançada a dúvida se a TUCUM se configuraria mesmo como uma “rede” ou uma “operadora de turismo”. A assessoria do Instituto Terramar relatou que, sendo uma rede, o processo legítima a questão de luta pela terra e de outras mobilizações em defesa do território e das populações tradicionais. Mas, se a organização tencionasse somente a comercialização de pacotes, a TUCUM se tornaria uma operadora turística. Essa questão foi de difícil apreensão pela plenária, não havendo concordância e nem o surgimento de novas propostas.

O mesmo porta-voz do Assentamento Coqueirinho comentou que, por outro lado, a ideia de uma possível parceria com o setor privado precisaria ser melhor avaliada. Para ele, as agências de turismo não seriam a melhor opção, por buscarem colocar uma “máscara” na identidade das comunidades tradicionais.

Dessa forma, a operação de roteiros pelas agências de viagens foi considerada como um possível “risco” para os negócios locais. Igualmente, se a TUCUM se concentrar apenas na questão financeira também poderá desviar o seu propósito e tornar as comunidades “mascaradas”. Somam-se a isso as relações das

agências com fornecedores e clientes/turistas irresponsáveis. Muitos desses problemas levantados decorriam de alguns GTs estarem, prioritariamente, focados no viés econômico do turismo comunitário e não no processo de resistências e de organização das lutas pelo território. Nessa perspectiva, questionou-se: quem seria o “dono” da TUCUM? Quem a criaria? Quem faria parte dela? Qual é o interesse de cada membro? Quem estaria disposto a seguir em frente com essa experiência? Como seria possível validar o Caderno de Normas e Procedimentos Internos no cotidiano da comunidade, quando se exige pensar, ao mesmo tempo, na geração de renda, nas lutas pelo território, na melhoria da qualidade de vida e no futuro dos jovens?

Essas provocações se desdobraram em outra versão da TUCUM. Para o administrador da Pousada Tremembé, seria a TUCUM um grupo de “amigos”? O mesmo interlocutor observou que, a despeito de sua existência, o Caderno era ainda insuficiente para que os membros cumprissem as obrigações acordadas e respeitassem as regras vigentes. Por isso, defendeu que as questões básicas de gestão e organização fossem interpretadas a partir de uma normatividade jurídica.

No que tange à Prainha do Canto Verde, o coordenador do GT afirmou que não cumpria, na íntegra, o que está estabelecido no Caderno. Nesse caso, na alta estação (réveillon e carnaval), os serviços tiveram um aumento de 50% e, nas férias de janeiro e julho, ocorreu um aumento de 30%. Dessa forma, esse porta-voz compreendeu que seria interessante agregar valor ao turismo comunitário nos períodos de maior demanda turística para compensar os problemas comuns da sazonalidade. Outra forma encontrada para a divulgação dos roteiros da TUCUM para um público potencial (estudantes, pesquisadores e servidores públicos) foi a participação em eventos acadêmicos, que é de interesse das comunidades envolvidas.

Para ampliar as questões e florescer novos desafios e saídas encontradas pelas comunidades, a força das mulheres jovens se evidenciaram para dar continuidade ao processo da TUCUM, bem como a necessidade de preparação das crianças para a sua inserção no processo, em um momento futuro. Esse foco de gênero pôde ser ilustrado também na fala de uma entrevistada assentada rural.

Quem está à frente do turismo são as mulheres em todas as comunidades. Como é uma complementação de renda, é o que elas gostam de fazer, já tem a questão da culinária, tem a organização do espaço, elas se identificam muito com o turismo comunitário. Os homens não, porque são pescador, agricultor, então já estão nessas atividades, eles complementam nesse sentido eles trazem o peixe, comercializam. A mulher está sempre em casa, está à frente, é quem a gente faz o contato (Entrevistado 4).

A condição diferenciada de mulheres e homens implica reconhecer, também, as especificidades de suas ações no plano do turismo comunitário. Os jovens têm mais facilidade de compreensão dos processos de gestão, das burocracias administrativas e das necessidades dos turistas. Emergiu, então, uma pergunta: O que seria bom para as mulheres, para os homens e para a juventude envolvida na Rede TUCUM?

Nesse sentido, o posicionamento da juventude foi considerado como uma questão tão relevante que impulsionou a criação de um espaço de diálogos e práticas, em 2015, a Escola Popular de Turismo Comunitário (EPTC), que caberia ao processo de seleção envolver participantes de cada comunidade, na faixa etária entre 16 e 32 anos com alguma ligação ao movimento social (música, teatro, arte), filhos ou filhas dos militantes que são interessados no turismo comunitário, jovens de congregação religiosa ou sem nenhuma crença, mas que tenham compromisso nesse processo.

Assim, a juventude passou a se posicionar mais ativamente nas Assembleias, principalmente no que tange a contribuição financeira para a manutenção da TUCUM. Uma jovem do GT de Caetanos de Cima questionou: “Nesse momento, para onde vai o discurso de comércio justo e solidário, alinhado às premissas da economia solidária?” Ela ressaltou que preço justo não significaria preço padrão, sendo importante se definir uma porcentagem do que se ganha no total. Pela sua interpretação, essa questão de recolhimento da taxa de pagamento estaria condicionada ao sentimento de pertencimento à TUCUM. Para ela, quando se ouve dizer “eu sou da Rede TUCUM”, ficava claro que a pessoa se reconhecia como tal, sabendo que o funcionamento dessa iniciativa dependeria da sua sustentabilidade financeira. Caso contrário, os GTs continuariam dependentes das entidades de assessorias. Dessa forma, a jovem intercedeu a favor da taxa de 10%.

Do ponto de vista dos entrevistados, foi possível apreender que essa questão de sustentabilidade financeira da Rede TUCUM é relativa à dificuldade de balancear diferentes interesses e visões de familiares, amigos e companheiros envolvidos no processo, que se veem diante da polaridade entre o compromisso “social” e o reconhecimento da importância econômica dessa prática, conforme ilustra o depoimento a seguir:

[...] Porque é minha tia, é meu vizinho, é meu amigo. A gente não consegue tirar essa questão do profissional, que é preciso ter. A gente perde muito com isso. Acho que o caminho é tentar equilibrar isso. Não misturar amizade com negócio. É duro fazer isso. E botar os pingos nos is. Porque do jeito que a coisa tá indo em cada comunidade, a gente tem que respeitar qualquer atitude, qualquer coisa escolhida pela comunidade, qualquer proposta da comunidade. A gente como Rede tem que estar aberto pra escutar. Seja uma proposta boa ou ruim. Nós como Rede só podemos avaliar e caçar algum argumento para saber se a comunidade está certa ou não (Entrevistado 3).

Será, então, que a criação de uma empresa, com toda a hierarquia e tributação que isso implica, poderia ser mais interessante do que a manutenção de uma rede de articulação? Para a jovem coordenadora do GT de Caetanos de Cima, as comunidades envolvidas deveriam gerir o seu próprio negócio, não existindo “comandantes e comandados”. Desde a sua criação, a Rede TUCUM vem promovendo inúmeras formações de conscientização política e de ferramentas técnicas úteis ao processo de construção do turismo comunitário. Caso contrário, seria muito provável que as comunidades locais teriam se transformado em núcleos de turismo de massa diante das questões circunstanciais.

Apesar dos dilemas enfrentados, a TUCUM se recriava, atraindo novos integrantes e aliados. Sendo assim, foi possível analisar e mapear, em 2017, a sua composição de onze GTs formados por homens, mulheres e jovens envolvidos nessa prática e em associações comunitárias organizadas localmente, os quais são: Vila de Pescadores de Tatajuba (Camocim), Vila de Marisqueiras de Curral Velho (Acarau), Assentamento do MST Maceió (Itaipoca), Assentamento Sabiaguaba Caetanos de Cima (Amontada), Aldeia indígena Jenipapo Kanindé (Aquiraz), Reserva Extrativista do Batoque (Aquiraz), Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde (Beberibe), Assentamento rural Coqueirinho (Fortim), Vila da Volta (Aracati), Quilombo do Cumbe (Aracati) e Área de Proteção Ambiental Ponta Grossa (Icapuí).

Nesse momento, estavam também agrupados, três grupos de apoio, constituídos pelo Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto – MST (Fortaleza), pela Pousada Tremembé (Icapuí) e pela Vila dos Poetas (Maranguape), que oferecem espaço físico para a promoção de oficinas, feiras, reuniões, acampamentos, saraus, entre outros eventos, além de serviços de hospedagem (de pequeno porte com quartos individuais e coletivos) e alimentação saudável, contribuindo para dinamizar e agregar à organização de diferentes estratégias no turismo comunitário.

Em relação às ONG que mantinham, à época, relação de parceria com a TUCUM, o Instituto Terramar (Fortaleza) continuava desenvolvendo atividades direcionadas às comunidades localizadas no litoral oeste e, a Associação Caiçara de Promoção Humana (Icapuí) prosseguia trabalhando, de forma articulada com a Associação Tremembé (Itália), nas comunidades situadas no litoral leste. Porém, partir de 2017, o papel dessas ONG nessa iniciativa foi se transformando, principalmente, no que tange ao Instituto Terramar, que mudou sua linha estratégica de ação, deixando de priorizar a promoção do turismo comunitário e de destinar recursos com esse objetivo.

Ainda assim, as suas ações voltadas para a afirmação dos territórios, culturas e modos de vida na Zona Costeira Cearense transpassam as atividades de turismo comunitário, fortalecendo, assim, a mobilização coletiva comunitária, que contribui também para o processo de organização turística. Sendo assim, desde 2019, a Associação Caiçara é a principal entidade que apoia a Rede TUCUM.

Segundo as pistas da ANT, no caso empírico da Rede TUCUM, é possível reafirmar que o TBC tende a se traduzir como um efeito de múltiplas redes de atores em ação, que ora se estabilizam, ora se renovam. Nessa direção, foi possível acompanhar o modo de se conceber esses processos de articulação do TBC na Rede TUCUM,

que se reconstrói a partir de estratégias políticas negociadas pelas diversas partes envolvidas, as quais se destacam: (a) promoção de uma assembleia anual; (b) participação em editais de fomento de instituições pública e privada e de organizações não governamentais no Brasil e no exterior; (c) formação contínua do grupo de Turismo Comunitário local; (d) articulação com outras redes e fóruns aliados; (e) elaboração do Caderno de Normas e Procedimentos Internos; (f) discussão sobre políticas públicas e articulação de agenda com gestores públicos; (g) promoção de intercâmbios em TBC; (h) preparação e divulgação de pacotes temáticos e integrados entre comunidades da Rede TUCUM; (i) criação da Escola Popular de Turismo Comunitário; (j) realização de campanhas e acampamentos da juventude, entre outras (Moraes, 2019).

Todavia, apesar de o turismo comunitário ter se consolidado em alguns grupos comunitários e avançado em outros mais fragilizados, é importante considerar que a Zona Costeira continua configurando um “território de conflitos”, sofrendo ameaças por conta da especulação imobiliária e de empresas que se aproveitam da vulnerabilidade desses lugares mais afastados dos centros urbanos, conforme foi evidenciado nos anos de pandemia da covid-19.

Ainda assim, os grupos de turismo comunitário locais têm adaptado as suas rotinas e não têm esmorecido. Em virtude da experiência de isolamento na pandemia, a comunicação entre eles continua sendo facilitada pela internet, por meio da qual várias lideranças comunitárias aprenderam e se apropriaram de ferramentas de informática e aplicativos para promoverem regularmente reuniões virtuais e intensificar o contato com os visitantes interessados.

Além disso, alguns GTs estão investindo em sinalização e placas de acesso às comunidades, melhorando estratégias de comercialização do turismo comunitário com foco no público de estudantes, por serem também parceiros nas lutas populares. Para isso, a TUCUM tem buscado potencializar parcerias com as universidades, as escolas profissionalizantes e agências de turismo sensíveis ao tema TBC, compreendendo o público brasileiro que tem buscado por roteiros de férias em lugares seguros. Dessa forma, vem repensando o seu percurso histórico e os limites e possibilidades para se tornar uma referência na oferta de lugares de TBC que promovam uma vivência saudável e segura tanto para as comunidades locais, quanto para os visitantes (Moraes, *et al.*, 2021).

O quadro 1, a seguir, sintetiza as pistas da Teoria Ator-Rede e as descrições apresentadas sobre o processo da Rede TUCUM, que ajuda a perceber o modo de análise particular de um campo atravessado por heterogeneidades, conexões e controvérsias, como o TBC.

Quadro 1. Síntese dos resultados a partir dos aportes da ANT.

Categorias analíticas	Exemplos dos resultados da pesquisa empírica
Não humanos no TBC	Contribuem para traduzir as dinâmicas da natureza, da cultura e das técnicas envolvidas em seu desenvolvimento, que fazem-fazer, ou seja, influenciam a produção de novas ações, tais como: a pesca artesanal, a agricultura familiar, a produção agroecológica, a culinária regional com base na produção local, os artesanatos (como a renda de labirinto, bilro), as dunas que se movem e afetam as estruturas de hospedagem, entre outros.

Processo de associações entre os atores humanos e não humanos	Contribuem para rastrear as comunidades locais, os visitantes, os empreendedores turísticos, os agentes públicos, os guias de turismo, as associações de moradores do lugar turístico, os movimentos sociais engajados, as organizações atuantes com projetos locais, seus órgãos de fomento, além de demais atores que podem influenciar a ação no coletivo. Dessa forma, atenta-se ao trabalho, aos movimentos e às mudanças resultantes dessas associações.
TBC em ação contínua	Contribui para entender que as dinâmicas de TBC envolvem interesses em um movimento permanente que constrói e reconstrói os caminhos trilhados pelos variados atores e suas associações. Por isso, descrevem-se os momentos em que os atores estão agindo no processo de construção do coletivo, como ocorreu nas Assembleias da Rede TUCUM, quando a iniciativa se reconfigurava.
TBC é fazer política	Contribui para compreender o TBC a partir de uma composição mais ampla e comum, onde é possível identificar versões múltiplas delineadas por sabedorias, histórias, naturezas e culturas enraizadas localmente. Como, no caso da Rede TUCUM organizada por grupos diretamente responsáveis pelo planejamento das atividades e pela gestão das infraestruturas e dos serviços turísticos por meio de projetos coletivos e de base familiar. Isso implica que seja assegurado um posicionamento democrático em pesquisa não influenciado pela hierarquização dos elementos heterogêneos.

Fonte: elaboração própria, com base nos trabalhos de Pistas para a ação teórico-prática ANT (Moraes, 2019; Moraes et al., 2020; Moraes; Branquinho, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo descreveu o modo de configuração da Rede TUCUM, compreendendo as associações entre os diferentes atores humanos e não humanos rastreados, que produzem o TBC em rede. O TBC se traduziu de forma múltipla, relacional e controversa, sendo produzido desde uma estratégia de resistência e de um projeto à Rede TUCUM, passando pela formação constante do grupo de turismo comunitário local, e incorporando, mais recentemente, a ideia de promoção de um negócio sustentável e seguro. Essas versões possibilitaram a multiplicação de sentidos e a criação de novos problemas a serem enfrentados nos processos coletivos de TBC.

A abordagem da Teoria Ator-Rede agregou um forte sentido de inovação por ser capaz de explorar e apreender essa multiplicidade da realidade e descortinar as disputas e tensões, dando visibilidade às controvérsias. Dentre os principais resultados alcançados, é importante ressaltar que a articulação de estratégias de resistência e luta política com as de acesso ao mercado discutidas entre os atores envolvidos pode ser compreendida como uma possibilidade e um desafio. Essa questão se tomou habitual na convivência entre os participantes das Assembleias Anuais da Rede TUCUM, porque alguns grupos têm mobilizado o turismo comunitário por meio de estratégias de resistência e luta e outros não.

Sem se restringir a essa visão polarizada da ação, as experiências dos atores rastreados e suas conexões revelaram que o TBC ora se configura como estratégia de resistência, ora como oportunidade de negócio, de forma híbrida. A assimilação simultânea dessas versões permite assumir a multiplicidade ontológica do turismo comunitário, ou seja, formas singulares de TBC seja dos pescadores artesanais, agricultores familiares, indígenas, assentados ou mesmo dos quilombolas, que fazem-fazer com que essa prática coexista como estratégia de resistência e negócio.

Cada um dos atores atuantes no TBC tem a sua própria maneira de perceber o que é de interesse para o local e de definir o seu entrelaçamento com os atores envolvidos. Nesse sentido, a ANT também contribui para ressignificar a importância dos sujeitos/objetos que estão agindo na realidade pesquisada. Mas rastrear os não humanos, suas ações e como expressam a importância de segui-los para a compreensão do ator-rede não foi uma tarefa fácil. E isso está relacionado com a

dificuldade e desafio em abandonar os vícios do pensamento moderno na produção de conhecimento científico.

Essa experiência em pesquisa ANT reafirmou ainda que não há grupos prontos, mas apenas processos de formação de grupos. Dessa forma, percebeu-se que os grupos rastreados estão tentando a comercialização de produtos e serviços associados ao TBC com base na economia solidária, no comércio justo e outras alternativas aos padrões convencionais de relação de mercado, na intenção de alinhar às estratégias e políticas comunitárias enraizadas localmente. Portanto, as práticas de TBC na Rede TUCUM são reagregadas permanentemente por saberes populares, instituições, poderes, entre outros elementos que se desdobram e apontam novas vozes, atores e questões, que contribuem para suscitar estudos futuros sobre esse tema, reconvocando o coletivo para uma composição comum pós-pandemia.

REFERÊNCIAS

- Araújo, G. A. de, & Lobo, C. (2017). Teoria ator-rede e análise do turismo: um novo paradigma? *Turismo & Sociedade*, 10(2), 1-24.
- Arendt, R. J. J. (2008). Maneiras de pesquisar no cotidiano: contribuição da Teoria do Ator-Rede. *Psicologia & Sociedade*, 20(Edição especial), 7-11.
- Barbosa, L. M., & Coriolano, L. N. M. T. (2015). Políticas territoriais de turismo no Nordeste: o Prodetur como estratégia socioeconômica. *Geosaberes*, 6(3), 255-277.
- Bartholo, R., Delamaro, M., & Bursztyn, I. (2008). Tourism for whom? Different paths to development and alternative experiments in Brazil. *Latin American Perspectives*, 35(3), 103-111.
- Barros, L. M. R. de, & Barros, M. E. B. de. (2013). O problema da análise em pesquisa cartográfica. *Fractal – Revista de Psicologia*, 25(2), 373-390.
- Beard, L., Scarles, C., & Tribe, J. (2016). Mess and method: using ANT in tourism research. *Annals of Tourism Research*, 60, 97-110.
- Borges, C. I. O. S. (2011). *O turismo comunitário em comunidades tradicionais na zona costeira do Ceará: em foco a experiência da Rede Tucum* (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil.
- Blackstock, K. (2005). A critical look at community based tourism. *Community Development Journal*, 40(1), 39-49.
- Branquinho, F. T. B., Lacerda, F. K. D., Frade, I., & Alves, D. (2016). Água de moinho: práticas transformadoras em arte e pesquisa, modos de estar com o outro em trocas intensas, de ser fluxo. *Revista Apotheke*, 2, 246-267.

- Branquinho, F. T. B., & Lacerda, F. K. D. (2017). A contribuição da teoria ator-rede para as pesquisas em educação. *Reflexão e Ação*, 25(elet.), 1-15.
- Branquinho, F. T. B., Fernandez, V., Lacerda, F. K. D., & Moraes, E. A. (2021). Para nossas avós: fazemos ciência como fazíamos bonecas. In M. N. Ogata & W. J. A. Pedro (Orgs.), *Diálogos CTS com Paulo Freire* (pp. 129-139). Campina Grande, PB: EDUEPB.
- Brasil. (2007). *Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm
- Cabanilla, E. (2018). Turismo comunitario en América Latina, un concepto en construcción. *Siembra*, 5(1), 121-131.
- Cañada, E. (2019). Los mercados del turismo comunitario en América Latina: perspectivas para una agenda de investigación. *Dimensiones Turísticas*, 3(5), 96-105.
- Cañada, E. (2020). Producción orgánica y turismo comunitario: La experiencia de ASOPROLA (Altamira de Billeley, Costa Rica). *Quaderns*, 36(2), 217-236.
- Coriolano, L. N. M. T. (1998). *Do local ao global: o turismo litorâneo cearense*. Campinas, SP: Papiрус.
- Coriolano, L. N. M. T. (2006). *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo, SP: Annablume.
- Coriolano, L. N. M. T., & Lima, L. C. (2003). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza, CE: EDUECE.
- Corbari, S. D. (2021). Turismo e Capitaloceno: uma primeira aproximação. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, 7(único), 1-9.
- David, J. da S. (2018). *PesquisarCOM o método: pistas para uma cartografia de controvérsias em ação* (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Deason, G., Seekamp, E., & Barbieri, C. (2022). Actor-network theory and organizational resilience to climate change in community-based tourism. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, 38, 100483.
- Delgado, A. K. C., & Andrade, J. A. de. (2019). Teoria Ator-rede (TAR) como instrumento de pesquisa em turismo: buscando aproximações e contribuições. *Revista Turismo Visão e Ação*, 21(1), 144-164.
- Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará (FDZCC). (2002). *PRODETUR/CE: análise de um projeto em execução*. Fortaleza, CE.
- Fernandez, V., Macedo, J., & Branquinho, F. T. B. (2018). *Pedra, planta, bicho, gente...coisas: encontros da teoria ator-rede com as ciências ambientais*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X/FAPERJ.
- Freire, P. (2018). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (57ª ed.). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.
- Gaitán, S. B. M. (2014). Los ensambladores y el entramado turístico: un aporte desde la investigación cualitativa. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos – ABET*, 4(2), 8-18.
- Gaitán, S. B. M. (2020). Teoria Ator-Rede: uma chave para analisar o turismo e os fenômenos complexos em um presente distópico. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, 6(único), 1-16.
- Guzmán, T. L., Borges, O., & Canalejo, A. M. C. (2011). Desarrollo económico local y turismo comunitario en países en vías de desarrollo: un estudio de caso. *Omnia*, 17(3), 113-130.
- Herrera, M. R. G., & Aranda, M. F. (2013). Rapid assessment of tourism impacts through community participation: a pilot study in Cuba for projecting. *Current Urban Studies*, 1(3), 36-47.
- Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In R. Bartholo, D. G. Sansolo & I. Bursztyn (Eds.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 108-121). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Latour, B. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo, SP: UNESP.
- Latour, B. (2006). Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). *Cadernos de campo*, 14(15), 339-352.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador, BA: Edufba; São Paulo, SP: Edusc.
- Latour, B. (2013). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica* (3ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Editora 34.
- Latour, B. (2020). *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo.
- Lima, M. C. (2002). *Comunidades pesqueiras marítimas do Ceará: territórios, conflitos e lutas* (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Maldonado, C. (2007). Fortalecendo as Redes de Turismo Comunitário – REDTURS – na América Latina. *Turismo Sustentável e Desenvolvimento Local*. Turim, Itália: Centro Internacional de Formação da OIT, @local.glob, 4, 08-14.
- Marques, I. da C. (2022). Tecnologia, Ciência e Ativismo Militante em Bruno Latour. In J. Kleba, C. Cruz & C. Alvear (Orgs.), *Engenharias e outras práticas técnicas engajadas – Vol 3: Diálogos Interdisciplinares e decoloniais* (pp. 395-436). Campina Grande, PB: EDUEPB.
- Martins, R. (Org.). (2013). *Caderno de normas e procedimentos internos da Rede Tucum. Rede Cearense de Turismo Comunitário*. Fortaleza: Instituto Terramar.
- Medina, L. R., Pozas, M. de los A., & Girola, L. (2022). *La teoría del actor-red desde América Latina*. Ciudad de México: El Colegio de México.
- Meireles, A. J. A. (2006). Danos socioambientais na zona costeira cearense. In S. Herculano & T. Pacheco (Orgs.), *Racismo Ambiental* (pp. 53-72). Rio de Janeiro, RJ: FASE/UFF.
- Meireles, A. J. A. (2011). Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locais. *Confinis*, 11(online).
- Mendonça, T. C. M. (2004). *Turismo e Participação comunitária: Prainha do Canto Verde, a "Canoa" que não quebrou e a "Fonte" que não Secou?* (Dissertação de Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Moraes, E. A. de, & Irving, M. de A. (2018). Turismo de Base Comunitária: entre utopias e caminhos possíveis no contexto brasileiro. In M. de A. Irving, J. Azevedo, & M. A. G. de Lima (Orgs.), *Turismo: ressignificando sustentabilidade* (pp. 317-345). Rio de Janeiro, RJ: Folio Digital: Letra e Imagem.
- Moraes, E. A. de. (2019). *"Siga os atores e as suas próprias ações": nos rastros das controvérsias sociotécnicas do turismo de base comunitária na Rede TUCUM – Ceará – Brasil* (Tese de Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Moraes, E. A. de. (2020, 28 de dezembro). Ceará, berço do turismo de base comunitária no Brasil, fortalece aprendizados em rede. *Agência Econordeste*. Recuperado de <https://agenciaeconordeste.com.br/ceara-berco-do-turismo-de-base-comunitaria-no-brasil-fortalece-aprendizados-em-rede/>
- Moraes, E. A. de, Irving, M. de A., Pedro, R. M. L. R., & Oliveira, E. (2020). Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 122, 145-168.
- Moraes, E. A. de, et al. (2021). *Turismo de base comunitária no Brasil pós Covid-19: repensando resistências, ações e conexões para imaginar novas práticas sustentáveis*. Relatório final do projeto (Agosto/2020 – Julho/2021). UFJF: PROPP.
- Moraes, E. A., & Branquinho, F. T. B. (2022). Teoria Ator-Rede e Turismo de base comunitária: possibilidades de pesquisa e suas raízes no Brasil. *CTS em Foco*, 2, 44-50.
- Moraes, E. A. de, Guerra, M. F., Mendonça, T. C. de M., & Fenerich, G. N. (2024). Turismo de base comunitária em unidades de conservação de uso sustentável no Brasil: para pensar práticas de gestão. *Turismo: Visão e Ação*, 26, 01-19.
- Murphy, P. E. (1985). *Tourism: a community approach*. London, UK: Methuen.
- Oliveira, R. D. S. de. (2018). *O turismo cinematográfico no Rio de Janeiro pela ótica da Teoria Ator-rede* (Dissertação de Mestrado em Turismo). Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.
- Pedro, R. (2008). Redes e controvérsias: ferramentas para uma cartografia da dinâmica psicossocial. In *ESOCITE Jornadas Latino-Americanas De Estudos Sociais Das Ciências E Das Tecnologias*, 7, Rio de Janeiro, RJ: UFRJ.
- Ren, C. (2010). Assembling the socio-material destination: an actor-network approach to cultural tourism studies. In G. Richards

- & W. Munsters (Eds.), *Cultural tourism research methods* (pp. 199-208). Oxon: CABI.
- Ren, C. (2021). La Teoría del Actor-Red ayuda a insistir en lo social, lo ambiental y lo económico como algo totalmente integrado y no disociable – La cuestión turística. In S. Torrado (Ed.), *Trece entrevistas para repensar el turismo. PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Colección Turismos, 8. Barcelona, España: Alba Sud.
- Ren, C., Pritchard, A., & Morgan, N. (2010). Constructing tourism research: a critical inquiry. *Annals of Tourism Research*, 37(4), 885–904.
- Saayman, M., & Giampiccoli, A. (2015). Community-based tourism and pro-poor tourism: dissimilar positioning in relation to community development. *Journal for New Generation Sciences*, 163-181.
- Sampaio, C. A. C. (2011). Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. In C. A. C. Sampaio, C. Henriquez, & C. Mansur (Orgs.), *Turismo comunitário, solidário e sustentável* (pp. 23-30). Blumenau, SC: Edifurb.
- Sánchez Cañizares, S. M., Castillo-Canalejo, A. M., & Gallardo Gallardo, E. (2011). Turismo comunitário en islas: el caso de Boavista (Cabo Verde). *Tourism & Management Studies*, 1, 872-882.
- Silva, J. S. (2009). Turismo comunitário: afirmando identidades e construindo sustentabilidade. In R. Bartholo, D. G. Sansolo & I. Bursztyn (Eds.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 415-417). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Stengers, I. (2023). *Uma outra ciência é possível: Manifesto por uma desaceleração das ciências*. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo.
- Shahmirzadi, E. K. (2012). *Community-Based Tourism (CBT) Planning and Possibilities: The Case of Shahmirzad, Iran* (Dissertação de Mestrado em Turismo e Hospitalidade). Eastern Mediterranean University, Gazimağusa, North Cyprus.
- Tirado, S. F., & Domènech, A. M. (2005). Asociaciones heterogéneas y actantes: el giro postsocial de la teoría del actor-red. *Revista de Antropología Iberoamericana*, 1(nov.-dez.), 1-25.
- TUCUM. (2010). *Relatório técnico da 4ª Assembleia Anual da Rede Cearense de Turismo Comunitário, realizada entre os dias 21 e 24 de novembro de 2010, Tatajuba, Camocim*. Fortaleza, CE: Instituto Terramar.
- Van Der Duim, R. (2005). *Tourismscapes: an actor-network perspective on sustainable tourism development* (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade de Wageningen, Wageningen, Holanda.
- Van Der Duim, R., Ren, C., & Jóhannesson, G. T. (Eds.). (2012). *Actor-network Theory and Tourism – Ordering, materiality and multiplicity*. Londres, Inglaterra; Nova Iorque, EUA: Routledge.

Declaração CRediT sobre autoria.

Termo	Definição	Autor 1	Autor 2	Autor 3	Autor 4
Conceitualização	Ideias; formulação ou evolução de objetivos e objetivos de investigação abrangentes	x	x	x	
Metodologia	Desenvolvimento ou concepção de metodologia; criação de modelos	x	x	x	
Software	Programação, desenvolvimento de software; concepção de programas de computador; implementação do código informático e algoritmos de suporte; teste dos componentes de código existentes				
Validação	Verificação, quer como parte da atividade quer separadamente, da replicação/reprodutibilidade global dos resultados/experimentações e outros resultados da investigação	x			x
Análise formal	Aplicação de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais, ou outras técnicas formais para analisar ou sintetizar dados de estudo	x	x	x	
Investigação	Condução do processo de investigação e investigação, realizando especificamente as experiências, ou recolha de dados/evidências	x			x
Recursos	Fornecimento de materiais de estudo, reagentes, materiais, pacientes, amostras de laboratório, animais, instrumentação, recursos informáticos, ou outras ferramentas de análise				
Curadoria de dados	Atividades de gestão para anotar (produzir metadados), lapidar dados e manter dados de investigação (incluindo código de software, onde é necessário para a interpretação dos próprios dados) para utilização inicial e posterior reutilização	x			
Escrita - Esboço original	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, redigindo especificamente o projeto inicial (incluindo a tradução substantiva)	x	x	x	
Escrita - Revisão & Edição	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por aqueles do grupo de investigação original, especificamente revisão crítica, comentário ou revisão - incluindo fases pré ou pós-publicação	x	x	x	x
Visualização	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, especificamente visualização/apresentação de dados	x	x	x	x
Supervisão	Supervisão e responsabilidade de liderança no planeamento e execução da atividade de investigação, incluindo mentoria externa à equipa central	x	x	x	x
Administração do projeto	Responsabilidade pela gestão e coordenação do planeamento e execução da atividade de investigação	x			
Aquisição de financiamento	Aquisição do apoio financeiro para o projeto conducente a esta publicação				

Fonte: reproduzido de Elsevier (2022, s/p), com base em Brand et al. (2015).

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial
 Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).
 Recebido / Received / Recibido: 05.11.2024; Revisado / Revised / Revisado: 11.11.2024 – 09.12.2024; Aprovado / Approved / Aprobado: 18.12.2024; Publicado / Published / Publicado (online): 20.12.2024.
 Documento revisado por pares / Peer-reviewed paper / Documento revisado por pares.